

Excelências,

Caras e caros Colegas e amigos

Permitam que comece por vos dizer do prazer que é para mim poder receber-vos no Porto, esta cidade cosmopolita e hospitaleira, cheia de história e tradição.

E que, na qualidade de vice-Presidente da Assembleia Parlamentar da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, vos transmita uma fraterna e calorosa mensagem de saudação da nossa Presidente e de toda a Assembleia Parlamentar da OSCE, que neste momento se encontra reunida em Sessão Plenária, a decorrer em Viena.

Foi com imenso gosto que acedi ao amável convite que me foi endereçado para participar nesta sessão parlamentar e é com enorme agrado que estou hoje aqui, convosco, a debater as migrações um tema central nas nossas agendas e cuja busca de respostas exige e conta muito com a capacidade de envolvimento e com a pluralidade de visões que os parlamentos encerram.

Exemplo disso, é o trabalho que a Assembleia Parlamentar da OSCE tem vindo a desenvolver e a importância que mesmo tem tido para a priorização deste tópico dentro da Organização.

A Organização para a Segurança e Cooperação na Europa herdeira da Conferência para a Segurança e Cooperação na Europa, assenta, desde a sua fundação, numa visão integradora e cooperativa da segurança. Em que a segurança se encontra indissociavelmente ligada à democracia, ao desenvolvimento económico, social e ambiental e ao respeito pelos direitos humanos.

É para nós claro que a segurança do 1 bilião de cidadãos do conjunto de 57 Estados que integram a OSCE depende intimamente da segurança nas regiões vizinhas e da capacidade de todos cooperarmos na construção de sociedades mais justas, desenvolvidas e democráticas.

E neste contexto de relação de vizinhança, que as relações com a região do Mediterrâneo têm assumido a maior relevância, em conformidade com o estipulado pelo nosso documento fundador, a Ata Final de Helsínquia.

Por isso, sempre tivemos países mediterrâneos como parceiros, num diálogo contínuo, potenciado

pelo Grupo de Contacto, no que concerne ao lado governamental da organização, e pelo Fórum para o Mediterrâneo que todos os anos ocupa um espaço de particular relevância durante a reunião de outono da Assembleia Parlamentar da OSCE, no âmbito de cujo debate a questão das migrações tem vindo a merecer reflexão.

Caros Colegas e Amigos,

Migrações, segurança e cooperação é o tema que hoje nos convoca.

E, se há fóruns e momentos em que este debate faz sentido a Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo, nesta sessão, é um deles.

O Mediterrâneo, mar de encontro e diálogo entre religiões e culturas, desde tempos imemoriais, registou, no último ano, um desumano recorde em número de mortos. Mais de cinco mil vidas inocentes, perdidas na travessia marítima para a Europa, um número que não pode deixar de nos chocar e, ao mesmo tempo, impulsionar na busca de soluções capazes de por termo a esta tragédia.

Fala-se cada vez mais da crise dos migrantes e refugiados e a verdade é que desde 2013 se tem vindo a ultrapassar consecutivamente número de deslocados à força registado durante a II Guerra

Mundial, tendo-se atingido em 2015 a cifra global de mais de 65 milhões de deslocados, entre os quais se inscrevem 21 milhões de refugiados.

Mas se tivermos uma visão global dos números vemos o quanto a dimensão do impacto deste intenso movimento migratório sobre a Europa tem sido hiperbolizado.

Basta atentarmos ao facto de 86% dos migrantes e refugiados se encontrarem alojados em países em desenvolvimento, sublinho, em países em desenvolvimento, e apenas 14% procurarem refúgio em países industrializados entre os quais se inscrevem os países europeus para percebermos a real escala do fenómeno e do quanto o esforço pedido à Europa é muito pequeno.

Se compararmos o desequilíbrio entre o esforço de acolhimento e integração pedido à Europa com o esforço que é feito por países como, por exemplo: a Jordânia que acolhe cerca de 664 mil refugiados; o Líbano que acolhe perto de 1,1 milhões; e a Turquia que acolhe, neste momento, perto de 3 milhões de refugiados, verificamos o quanto é exagerado falar de uma crise de migrantes e refugiados na Europa em 2015 quando só a população dos 28 países que

compõem a UE perfaz um total de 500 milhões e aqui procuraram asilo 1 milhão de pessoas.

Sempre que confronto estes números e lhes adiciono o quanto foi difícil concitar disponibilidades entre 28 países da EU, para acolher 160 mil refugiados dentro do programa de recolocação daqueles que se encontram concentrados em Itália e na Grécia, recorro a pergunta que em 2015 me foi feita pelo dirigente de uma ONG turca e parafraseando-o só me resta perguntar: Como é que numa povoação Turca, Jordana ou Libanesa se consegue fazer mais pelos refugiados que no conjunto dos países ricos da UE?

Os problemas de gestão da resposta a este movimento migratório não resultam senão da falta de liderança, visão e coragem políticas capazes de nos levar a enfrentar em conjunto, de forma ordenada e sustentável a um problema que visivelmente nenhum país consegue enfrentar sozinho.

Jamais se assistiu a tamanha falta de capacidade de mobilização e resposta- retrato da profunda crise existencial em que a Europa se encontra mergulhada.

Aqui não há outra crise que não a que decorre da falta de capacidade da Europa na construção de uma política comum de migração e asilo, na incapacidade de reagir em tempo útil e falar a uma só voz diante dos problemas, na falta da partilha solidária da responsabilidade na resposta àqueles que, desesperados, em fuga, nos procuram na esperança de aqui encontrarem um abrigo e uma nova esperança de vida.

Mais uma vez questiono: será este esforço feito por diversos países do Mediterrâneo, sobretudo, pelo Líbano, pela Jordânia e pela Turquia sustentável? Não creio. Será a declaração conjunta União Europeia/Turquia sustentável? Tenho sérias dúvidas. Será a concentração de refugiados na Grécia e em Itália suportável por muito mais tempo? É evidente que não!

Diante deste quadro facilmente concluímos o quanto é importante apoiar os países vizinhos das zonas em conflito no acolhimento de refugiados, ajudando-os a ampliar a capacidade instalada de acesso à saúde e à educação, e a melhorar as condições de vida dos refugiados. Mas isso não nos libera da assunção solidária das nossas obrigações internacionais sendo imprescindível que aceleremos o mecanismo europeu de recolocação e que o tornemos

permanente de modo a permitir gerir, de forma continuada e ordenada o fluxo de refugiados, partilhar as nossas responsabilidades ao abrigo do direito internacional e diminuir a pressão nos países de entrada como a Itália e a Grécia, dignificando a condição dos refugiados.

Não adianta termos ilusões, o desafio que este movimento migratório nos levanta só se ultrapassa com a partilha de responsabilidades, com a criação de canais humanitários para os que procuram proteção internacional e com a criação de canais legais para os migrantes, ou seja, só venceremos este desafio se formos capazes de gerir este movimento de uma forma eficiente e segura estabelecendo o diálogo e a cooperação entre países de origem, trânsito e destino.

Estamos diante de um velho problema que assumindo uma nova intensidade nos interpela a novas e mais inovadoras respostas. Respostas globais e não individualistas tantas vezes temos vindo a assistir. A solução reside na gestão deste intenso movimento migratório e não no fechar fronteiras.

O fechar de fronteiras apenas tem servido para alimentar mais as redes de traficantes que se

aproveitam do desespero de todos aqueles que fogem à guerra, à insegurança, à perseguição ou à pobreza extrema, e procuram um novo futuro para si e para os seus, arriscando as suas vidas em travessias marítimas em condições cada vez mais perigosas ditadas pela crueldade, pela ganância do lucro fácil e pela ausência de escrúpulos das redes criminosas.

Quando falamos de segurança e movimentos migratórios é sobretudo desta dimensão do problema que devemos falar. Dos perigos a que a falta de corredores humanitários para os refugiados e de canais legais de imigração sujeitam milhares de seres humanos redundando, muitas vezes na sua morte.

Seria irresponsável negar em absoluto o risco de infiltração de membros das redes terroristas entre aqueles que procuram chegar à europa, mas todos sabemos que as redes terroristas têm meios bem mais seguros e expeditos para a deslocação dos seus membros sem precisar de os sujeitar a semelhantes riscos. E todos sabemos que os atos terroristas não são perpetrados por aqueles que se encontram em fuga, vítimas do terror nos seus países, mas sim por aqueles que, entre nós, acabam conquistados por mensagens de apelo à radicalização.



Eu estive em Lampedusa, estive nos Centros de acolhimento na Catânia, estive nos campos de refugiados na Turquia, estive na fronteira entre a Sérvia e a Macedónia, e não vi qualquer ameaça entre esses muitos migrantes e refugiados, a única coisa que vi foi gente perdida, assustada, a pedir um abrigo seguro.

Estas pessoas não têm culpa da instabilidade política, dos conflitos, das perseguições e da falta de condições para uma vida digna nos seus países e aqueles que fogem ao sofrimento extremo não podem ser duplamente condenados pela ação daqueles que provocam as guerras, daqueles que os perseguem, daqueles que impedem um desenvolvimento mais harmonioso das sociedades.

A proteção dos nossos territórios reside sim: na capacidade de comunicação cooperação entre serviços de informação e segurança; na implementação de registos e de uma base de dados comum e partilhada sobre quem é admitido nas nossa fronteiras; no diálogo e cooperação entre países de origem, trânsito e destino; no controle dos circuitos de dinheiro resultante do tráfico de seres humanos e de exploração dos migrantes e refugiados, o qual estimando-se que atinja valores superiores aos obtidos com o tráfico de drogas e de

armas serve muitas vezes para alimentar as redes criminosas que atacam os nossos valores comuns. Sublinho, os nossos valores comuns, valores que assentam no diálogo intercultural e inter-religioso e na coexistência pacífica.

Caras e caros colegas,

Na abordagem da necessidade de respostas para este movimento intenso pessoas há, invariavelmente, duas perspetivas que ocupam o espaço de debate. Uma que se consolida em torno da necessidade de criar condições de acolhimento e outra que reclama ir às causas desta vaga.

Uma e outra complementam-se e têm que caminhar em paralelo.

Sim é evidente que necessitamos ser mais eficientes na prevenção e resolução de conflitos. Que é preciso criar condições de estabilidade em zonas com um défice endémico da mesma. Que é imperioso uma política de cooperação para o desenvolvimento, capaz de gerar mais oportunidades económicas nos países de origem. Que é necessário enfrentar o problema demográfico e a necessidade do controlo da natalidade no continente africano.

Todavia, há uma questão à qual não podemos deixar de responder de imediato e essa é marcada pela

linha que separa a vida da morte. A questão a que temos de responder de imediato é se queremos ou não salvar vidas.

Não estamos diante de uma onda, mas sim de um rio, de homens e mulheres, crianças e velhos, que não para de correr e que nos interpela a gerar respostas prolongadas de acolhimento e integração.

Caso não sejamos capazes de o fazer estaremos a queimar oportunidades de regeneração de uma europa envelhecida e doente e a possibilidade de através da diáspora gerar oportunidades de estabilização política, de pacificação e de desenvolvimento das regiões em dificuldades. Mas para que tal seja possível é necessário que se comece a encarar todo este movimento de pessoas como uma oportunidade de codesenvolvimento dos países de acolhimento e de origem.

A diversidade enriquece as sociedades. A demonização dos migrantes e refugiados ofende profundamente os princípios fundamentais da dignidade e da igualdade humana e impõe que se faça, entre nós, um combate corajoso ao populismo político e ao discurso xenófobo e racista de certos grupos radicais.

Caros colegas e amigos

É necessário que se dê um passo em frente na cooperação e na ação conjunta e a plataforma que a OSCE tem mantido com os países parceiros do mediterrâneo é um excelente instrumento que pode e deve ser intensificado na interação com outras organizações regionais, ajudando a diminuir tensões, corrigir preconceitos, e promover a cooperação ao longo da região euro-mediterrânica.

Hoje, mais do que nunca estão a ser postas à prova a vontade e a capacidade de trabalharmos juntos em prol da humanidade e só passaremos este duro teste se fizermos prevalecer entre nós o espírito de solidariedade e cooperação, não deixando ninguém para trás.

Termino a minha intervenção, que penso ter deixado no ar muitas questões e fico disponível para o debate, mas não sem antes recordar o discurso de Gerald Ford na assinatura da Acta Final de Helsínquia e, parafraseando-o, me atrevo a lembrar-vos que a história nos julgará não pelo que aqui dissermos, mas pelo que faremos amanhã.

Muito Obrigada!

